



# Os censos do INEP como critério para entender a formação em Psicologia: gênese, panorama e indicadores atuais

**INEP censuses as a criterion to understand Psychology professional education: genesis, overview, and current indicators**

**Paulo Coelho Castelo Branco**  
**Ana Beatriz Araújo Santiago**  
**Raquel Fernandes Pinheiro**  
Universidade Federal do Ceará

**Sérgio Dias Cirino**  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

## **Resumo**

Objetivamos refletir como os censos do INEP podem possibilitar um critério para analisar a formação do psicólogo no Brasil. Estabelecemos uma estratégia metodológica baseada na pesquisa bibliográfica e análise documental. Contextualizamos o surgimento do INEP e a sua lógica de estabelecer o censo do ensino superior pelas figuras de Lourenço Filho e Anísio Teixeira, suas estadas na Universidade de Columbia e apropriações de ideias psicológicas, educacionais e administrativas. Adentramos tais censos, entre 1940-2010, para entender o expansionismo educacional e a formação do psicólogo. No censo de 2020, observamos: predominância de cursos privados sobre os públicos; expansão formativa em cursos interioranos; expressão da mercantilização da Psicologia; discrepância entre os cursos de Bacharelado e Licenciatura; equivalência e diminuição da oferta de cursos de Licenciatura no ensino público e privado. Concluímos que a análise empreendida ajuda a entender o campo da formação do psicólogo em suas nuances históricas, políticas, estatísticas, sociais e educacionais.

**Palavras-chave:** base de dados; ensino superior; estudantes universitários; formação do psicólogo; políticas públicas.

## **Abstract**

We aim to reflect on how the INEP's censuses may provide a criterion to analyze the professional education of psychologists in Brazil. We established a methodological strategy based on bibliographic-research and document analysis. We contextualized the INEP's emergence and its logic of establishing higher education census through the figures of Lourenço Filho and Anísio Teixeira, their stays at Columbia University and appropriations of psychological, educational and administrative ideas. We examed such censuses, between 1940-2010, to understand the educational expansionism and professional education of psychologists. In the 2020 census, we observe: predominance of private courses over public ones; educational expansion in inland courses; expression of a commodified Psychology; discrepancy between the Bachelor's and the Teaching License Degree in the education of



psychologists; equivalence and reduced offers of Psychology Degree courses in public and private education. We conclude that the analysis undertaken helps to understand the psychologist professional education field in its historical, political, statistical, social and educational nuances.

**Keywords:** databases; higher education; college students; psychologist education; public policies.

O campo de estudos sobre a formação do psicólogo no Brasil está constituído com base em investigações que abordam o tema a partir de várias perspectivas metodológicas, como revisão sistemática (Prates, Feitosa, Monteiro & Castelo Branco, 2019), análise fenomenológica empírica (Prates & Castelo Branco, 2018), pesquisa histórica (Ferreira Neto, 2010), análise curricular (Cury & Ferreira Neto, 2014; Rudá, Coutinho & Almeida Filho, 2019), além de abordá-lo segundo reflexões sobre essa expansão formativa pelas políticas públicas e interiorizações dos cursos (Macedo & Dimenstein, 2011) – apenas para citar algumas tendências de estudos.

Em complemento a essa rede de pesquisas, situamos a possibilidade de acessar o tema e discuti-lo a partir de dados compilados, organizados e publicados nos censos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, outrora chamado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Este é um setor vinculado ao Ministério da Educação que oferece suporte para diversas pesquisas sobre os avanços educacionais no Brasil e seus correlatos sociais, econômicos e políticos (Ferreira, 2008), possibilitando, ainda, subsídios para reflexões acerca da formação do psicólogo (Rudá & Silva, 2020). Salienta-se que o INEP auxilia a formulação de políticas educacionais para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país, atuando com avaliações, exames e registros de indicadores na educação básica e superior (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020a).

Nesse sentido, parte-se da pressuposição de que o INEP, a partir das publicações de dados descritivos sobre o ensino superior, possibilita uma via de reflexão sobre a forma como a Psicologia forma os seus estudantes. Logo, este artigo objetiva refletir como os censos do INEP possibilitam um critério para analisar a formação do psicólogo no Brasil<sup>1</sup>. Para isso, inicialmente, apresenta o percurso metodológico da pesquisa; depois, contextualiza o surgimento e a proposta do INEP e dos seus censos, nas décadas de 1930-1950, pelas ideias impressas por Manoel Bergström Lourenço Filho e Anísio Spínola Teixeira; em seguida, demonstra a sua importância para pensar o expansionismo educacional

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem ao CNPq e ao PIBIC/UFC pelo apoio à pesquisa.



da formação em Psicologia, nas décadas de 1950-2010; finalmente, apresenta e pondera os dados mais recentes do INEP, compilados no censo de 2020.

### **Estratégia metodológica da pesquisa**

Esta pesquisa pode ser caracterizada como uma investigação de teor qualitativo que se inspirou nos recursos metodológicos da pesquisa bibliográfica e análise documental para uma análise interpretativa dos dados lançados pelos censos do INEP, de modo a tecer, a partir disso, um entendimento panorâmico, histórico e corrente sobre a formação do psicólogo no Brasil.

Em um primeiro momento, com base nos aportes de Lima e Mioto (2007), realizamos uma pesquisa bibliográfica. Aplicamos as seguintes técnicas para desenvolver uma narrativa sobre o surgimento do INEP e dos seus censos: 1) reconhecimento de material bibliográfico, em que localizamos e selecionamos artigos, dissertações, teses, capítulos e livros que versassem temas relacionados ao INEP, seus censos e a formação do psicólogo; 2) leitura exploratória, de modo a verificar se tais informações textuais, de fato, possibilitariam essa construção narrativa; 3) leitura seletiva, em que os textos foram lidos na íntegra de modo a determinar quais informações relacionadas à história do INEP e dos seus censos podem servir de amparo para pensar as origens do sistema de censo e como isso poderia servir de critério para pensar a formação do psicólogo no Brasil; 4) leitura reflexiva, que compilou os argumentos, resultados e discussões do que foi selecionado dos textos lidos; 5) leitura interpretativa, que relacionou essa compilação com os propósitos de nossa pesquisa. Os achados obtidos dessa etapa possibilitaram: a elaboração de uma narrativa histórica sobre o surgimento do INEP e dos seus censos pelas figuras de Lourenço Filho e Anísio Teixeira; o estabelecimento de um panorama sobre os censos do INEP desde os seus primórdios nos anos de 1940 até os tempos atuais, de modo a pensar essa organização como um critério para entender a formação do psicólogo.

Em um segundo momento, procedemos de uma análise documental, inspirada em Cellard (1997/2008), para investigar o censo de 2020 publicado pelo INEP. Para isso, entendemos que os diversos resultados (arquivos e planilhas) disponibilizados pelo INEP podem ser tomados como documentos por serem registros públicos, acessados pela via digital e que funcionam como dados legais que expressam informações oriundas de dados estatísticos brutos passíveis e possíveis de serem lapidados e interpretados. Conforme os interesses de nossa pesquisa, circunscrevemos os dados referentes à formação em Psicologia e a identificação e reflexão de algumas de suas características atuais.



Logo, para obtenção dos dados analisados, acessamos o endereço eletrônico do INEP (<https://www.gov.br/inep/pt-br>). Em específico, buscamos a seção “Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais” onde, ante as diversas opções de levantamentos registrados, é possível acessar os resultados do “Censo da Educação Superior”. Neste item consta as “Sinopses Estatísticas da Educação Superior” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020b). É neste componente que temos acesso a uma lista de arquivos disponíveis para *download* referentes aos censos estatísticos realizados pelo INEP, que datam de 1991 até 2018, ano remanescente ao censo mais recente e que serviu como fonte de análise para os interesses desta pesquisa. Destarte, a partir do arquivo extraído do INEP no formato Excel e pela leitura do seu sumário, foi possível identificar os tópicos que nos possibilitaram constituir uma população de informações relacionadas aos números de cursos de graduação presenciais e matrículas em IES<sup>2</sup>. Para fazer inferências sobre os dados obtidos e organizados, recorreremos, novamente, aos textos e as informações selecionadas no momento metodológico anterior, utilizando a técnica de leitura interpretativa (Lima & Miotto, 2007) como recurso para relacionar as ideias e os achados de outras pesquisas sobre formação em psicologia com os dados atuais do INEP.

Salientamos que os censos do INEP, como documentos ou arquivos, não estabelecem, por si próprios, uma prova histórica, mas uma pista de que algo aconteceu e está acontecendo com o panorama formativo em Psicologia ao longo de sua história. De um modo geral, o sistema de censos do INEP é organizado e aprimorado para produzir dados brutos a partir do uso de recursos quantitativos, algoritmos e mineração de dados (Fonseca & Namen, 2016). Logo, as informações publicadas, *a priori*, podem ser lidas como uma descrição adequada do cenário formativo psicológico sem maiores vieses ou distorções amostrais. Contudo, em função de nossa estratégia metodológica, *a posteriori*, isso não acontece. Com efeito, nossas leituras e análises devem ser entendidas com cautela, dado que nossa narrativa e inferências sobre os dados se tratam de tentativas de preenchimento de lacunas ao estabelecer relações entre números e contextos sociais e históricos. Consideramos, portanto, que essa estratégia metodológica possibilitou um diálogo entre variados textos, dados e saberes com informações dispares, porém, reorganizados e articulados segundo o propósito

---

<sup>2</sup> Agradecemos aos pesquisadores voluntários do Núcleo de Estudos em Psicologia Humanista, Natália Matos de Souza, Carlos Henrique da Silva Felix Bezerra, João Carlos Nóbrega Ramos, Fernanda Lara Santos Lima, Felipe Freire Moreira, Pedro Henrique Alves da Silva e Abraão Vieira de Castro Araújo, pela ajuda na coleta dos dados referentes ao censo do INEP de 2020.



desta pesquisa. Os tópicos apresentados em seguida perfazem os achados que obtivemos dessa empreitada metodológica.

### **O surgimento do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e do seu sistema de censo: a era de Lourenço Filho e Anísio Teixeira**

Em 1931, o presidente Getúlio Vargas solicitou a um conjunto de renomados educadores um projeto para a educação nacional consoante a política do Estado Novo que visava o desenvolvimento social e tecnológico do Brasil. Em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova com a ideia central de que esse desenvolvimento deveria ocorrer pelo espírito científico ancorado em um órgão de pesquisa (Azevedo, 1932). Nesse contexto, o INEP foi instituído em 13 de janeiro de 1937, firmando-se como um mecanismo governamental do Estado Novo, responsável pela educação brasileira de modo a superar os seus problemas e contribuir com a modernização do Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007).

Assim, a estrutura administrativa do INEP foi montada e consolidada, nos anos de 1930-1960, a partir das contribuições de dois personagens importantes no cenário intelectual brasileiro daquela época: Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Ambos eram nordestinos, educadores, escritores, participantes do mencionado manifesto, idealizadores do movimento da Escola Nova e militantes do ensino público brasileiro (Ferreira, 2008).

Conforme Soares (2010), a história da Psicologia brasileira, nos anos de 1920-1950, foi escrita de forma marcante por não psicólogos, em razão de que os saberes psicológicos eram exercidos nas Escolas Normais e em cursos superiores de Medicina, Direito e Pedagogia. Naquela época, a Psicologia brasileira ainda não estava organizada e firmada como uma ciência autônoma com um curso de formação próprio e, também, não era uma profissão regulamentada. Estes fenômenos aconteceram respectivamente, em 1953, com o advento do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e com a sanção da Lei nº 4.119 (1962) que dispôs sobre cursos de formação em Psicologia e regulamentou a profissão de psicólogo, em 1962.

Nesse sentido, com base em disciplinas estreitamente relacionadas à Educação, a Psicologia circulou e foi propagada pelas publicações e trabalhos de educadores, dos quais se destacam Lourenço Filho e Anísio Teixeira (Soares, 2010). Cumpre ainda minutar que eles estudaram no *Teachers College* da Universidade de Columbia, centro formativo estadunidense de referência em Psicologia e Educação, norteado pelo viés funcionalista e pragmatista de John



Dewey e pela perspectiva psicométrica de Edward Thorndike (Bortoloti & Cunha, 2013).

Em função da projeção internacional do *Teachers College*, diversos educadores oriundos de várias localidades do mundo migraram para lá e, em seguida, propagaram o espírito filosófico e científico daquela instituição nos mais diversos âmbitos políticos e educacionais (Fierro, 2019). Lá, com o apoio da Diretoria de Instrução do Distrito Federal, Anísio Teixeira obteve o seu título de mestrado em 1929, e Lourenço Filho, a partir de 1935, participou de vários cursos e reuniões com docentes, gestores e reitor com a intenção de aprender, discutir e aplicar as ideias educacionais progressivas no Brasil (Rocha, 2016). Dessa estada, enquanto Lourenço Filho (1954) foi mais influenciado pelo progressivismo administrativo de Thorndike, Anísio Teixeira (1936/2007) foi inspirado pelo progressivismo pedagógico de Dewey. Em síntese, o progressivismo administrativo buscava estabelecer princípios métricos que visavam uma maior eficiência na organização e gestão de instituições educacionais; e o progressivismo pedagógico estabelecia que o crescimento social deveria ocorrer mediante a uma educação perpassada pela experiência e o aprendizado para lidar com os problemas do mundo (Bortololi & Cunha, 2013).

Essas ideias foram influentes na concepção do INEP como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública segundo a ideia de que a educação servia como um poderoso recurso para o crescimento e a estabilidade social (Ferreira, 2008). Cabia à educação solucionar os problemas da nação brasileira e diminuir qualquer complexo de inferioridade em relação a outros países (Teixeira, 1956). A via de acesso a isso deveria ocorrer na articulação entre ciência e administração com base em métricas que serviriam de suporte para as políticas públicas estabelecerem suas ações (Lourenço Filho, 1940).

As matrizes do INEP decorreram, pois, das experiências formativas, administrativas e de gestão dos mencionados educadores, das quais se destacam a criação do censo escolar e de diversos cadastros e registros estatísticos sobre a educação nos estados do Ceará, Bahia, São Paulo e Distrito Federal/Rio de Janeiro (Sganderla & Carvalho, 2008; Bortololi & Cunha, 2013). De início, esse empreendimento era voltado para o ensino escolar; porém, com o advento e o expansionismo das Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo nos anos de 1950, houve a necessidade de expandir esse trabalho (Teixeira, 1969/2005).

Assim, a gestão de Lourenço Filho no INEP foi marcada, nas décadas de 1930-1940, por atividades relacionadas à criação de um padrão nacional de ensino e da formulação de indicadores de registros estatísticos, os chamados



*censo*, que servissem a essa padronização para suscitar um expansionismo educacional eficiente e homogêneo. A direção de Anísio Teixeira, nas décadas de 1950-1960, foi marcada pela ênfase na organização e promoção de pesquisas sobre o cenário educacional brasileiro em suas variadas manifestações regionais, com base nos dados levantados pelo INEP e nas informações cedidas pelas IES reconhecidas e reguladas pelo Ministério da Educação (Ferreira, 2008).

Conquanto os métodos de registro e publicação de dados, assim como a precisão para sua obtenção, tenham mudado com o avanço das tecnologias da informação (Fonseca & Namen, 2016), desde a coordenação de Anísio Teixeira (1952), o INEP assume a característica central, presente até os dias atuais, de examinar (estatisticamente) o que está sendo feito da educação brasileira, sobretudo no ensino superior, para esclarecer e recomendar progressos aos seus gestores, a partir de pesquisas e políticas. Seguindo e aperfeiçoando o que aprendeu no *Teachers College* e dando continuidade à gestão anterior, Anísio Teixeira (1969/2005) acreditou que a ciência, subsidiada pelas medições objetivas do INEP, serviria como instrumento de avanço educacional e social. Devido à importância histórica do trabalho de Anísio Teixeira no INEP, este ficou conhecido como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, conservando-se a sua sigla originária. É a partir dessa perspectiva que seguimos com a reflexão dos seus censos do INEP como recursos para pensar a formação do psicólogo no Brasil.

### **Os censos do INEP, o expansionismo educacional e a formação do psicólogo: um panorama geral dos anos de 1940 a 2010**

De forma pioneira na avaliação do expansionismo educacional no Brasil, Anísio Teixeira (1969/2005) analisa que as IES se expandiram expressivamente, entre 1945 e 1969, a partir da emergência das universidades rurais, católicas, privadas, federais e estaduais. Contudo, as IES privadas desempenharam um papel dominante nessa expansão, sobretudo a partir de 1966, quando os dados lançados pelo censo do INEP passaram a demonstrar uma predominância de estudantes matriculados no setor privado. Em análise aos dados expostos por Anísio Teixeira (1969/2005), o primeiro registro do INEP relacionado a alunos matriculados em cursos de Psicologia computa 97 ocorrências, em 1957. Esse número incipiente decorre da existência de poucos cursos de Psicologia naquela década. Após a regulamentação da profissão, em 1962, ocorreu uma profusão de novos cursos de Psicologia (Lisboa & Barbosa, 2009), ao passo que, em 1966, Anísio Teixeira (1969/2005) apontou o registro de 1.412 matrículas.



Desses primeiros apontamentos até então, o ensino superior brasileiro passou por diversos movimentos expansionistas. Em 1968, ocorreu uma reforma universitária que, conquanto buscasse modernizar as IES públicas, privilegiou um modelo acadêmico seletivo de estudantes mais abastados socialmente, o mesmo ocorrendo no setor privado, que passou a assimilar esse perfil, culminando em universidades que funcionaram como empresas educacionais. Em decorrência disso, nos anos de 1970-1980, a dimensão formativa foi marcada pela lógica de crescimento regido pelo capital privado, com estudantes formados para atenderem a um ideal elitista e burguês atuando em instituições privadas (Martins, 2009). Esse ideário de desenvolvimento nacional marcado pela atividade liberal e a serviço das classes mais ricas e espaços mais urbanos, do mesmo modo, afetou o perfil formativo em Psicologia, pautando a formação de psicólogos para atuarem nos setores clínicos, organizacionais e escolares (Ferreira Neto, 2010).

Segundo Mancebo, Valle e Martins (2015), nas décadas de 1990-2000, em uma reabertura democrática, o Brasil presenciou outra expansão educacional do ensino superior pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, e Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010. O governo de FHC demarcou uma dominação do setor privado sobre o público, gerando facilidades fiscais para o surgimento de novas IES particulares. O governo Lula, por sua vez, gerou políticas educacionais que ampliaram o número de IES públicas, sobretudo federais, nas capitais e nos interiores, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e políticas de cotas raciais e programas sociais e institucionais de apoio à permanência do estudante na universidade. Entretanto, esse governo manteve a expansão no setor privado de educação a partir de parcerias com o setor público pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Ainda segundo Mancebo e outros (2015), o período de 1995-2010, também, foi marcado pelo fortalecimento das práticas de ensino à distância e aumento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os dados do INEP desse período minutam que, na década de 1990, foram criados 78 cursos de Psicologia, e 260 no decênio de 2000. É importante ressaltar que, na década de 1980, somente foram abertos 18 cursos de Psicologia em função dos cortes de verbas governamentais e da falta de investimento no espaço universitário (Macedo & Dimenstein, 2011).

Com base nesse breve percurso panorâmico sobre a expansão do ensino superior, é sabido que a formação em Psicologia, a partir da década de 2000,





passou por reformas em relação a um perfil formativo mais voltado para atuações nas políticas públicas, dado à maior inserção do psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Atenção Social (SUAS) (Macedo & Dimenstein, 2011; Cury & Ferreira Neto, 2014). Logo, a dimensão da saúde e do social para atuação nesses sistemas passou a ser uma preocupação em muitos currículos de cursos de Psicologia que, a partir de 2004, passaram por reformulações de modo a incorporar esse ideário formativo, não mais se restringindo às dimensões clínicas, escolares e organizacionais privadas – criticando-as, ainda, em relação aos seus mecanismos de alienação da população e dos profissionais psicólogos (Cury & Ferreira Neto, 2014).

Segundo os dados do INEP assinalados por Barros (2015), a década de 2010 é caracterizada, até os seus meados, pela manutenção e consolidação do que foi proclamado no decênio anterior, com a ressalva da redução da entrada de jovens adultos, com idade entre 18-24 anos, e maior acesso de uma população com idade superior a essa média. Nesse sentido, houve o aumento de cursos que funcionam em regime noturno para abarcar essa parcela de pessoas já em atividade no mercado de trabalho. O mencionado autor indica a predominância de cursos e matrículas no setor privado de ensino, o que mantém a tendência de acesso e expansão do ensino superior por IES particulares, apontada por Anísio Teixeira (1969/2005) nos primeiros censos do INEP na década de 1960.

Acrescenta-se, também, um registro que concerne ao aumento de alunos de Psicologia matriculados em IES interioranas. Segundo os dados compilados pelo INEP e discutidos por Macedo e Dimenstein (2011) e Prates e Castelo Branco (2018), nos anos de 2010, é possível notar que o número de alunos matriculados no interior ultrapassou o número de discentes inscritos nas capitais.

A despeito do aumento de vagas ocasionadas pelo REUNI, FIES, PROUNI, políticas inclusivas e cursos noturnos, os aludidos fenômenos etário e mercadológico também geraram o aumento de vagas ociosas no ensino superior, dado às dificuldades do aluno se manter em um curso, seja ele ofertado na iniciativa privada ou pública. Além disso, gerou o desafio das IES públicas e privadas melhorarem sua qualidade e acesso educacional a um público composto por pessoas de classes mais pobres, minorias sociais, idosos, pessoas já inseridas no mercado de trabalho, indivíduos com problemas educacionais de base, cotistas, imigrantes etc. (Barros, 2015).

Sem dúvida, esse cenário também concerne aos cursos de Psicologia que seguem com suas discussões éticas e políticas em uma formação mais voltada para as esferas da saúde e do social (Ferreira Neto, 2010). No entanto, isso não



implica afirmar que esse plano formativo esteja livre dos imperativos do mercado que exercem influências nas IES privadas e públicas, ocasionando uma força em direção a uma formação instrumental, por vezes acrítica, para exercer práticas e resoluções rápidas de problemas demandados pelos interesses do mercado. Passamos agora a analisar os dados mais recentes do INEP para tecer algumas reflexões sobre a formação do psicólogo na segunda metade da década de 2010.

### **Apontamentos sobre a formação do psicólogo segundo os dados do INEP publicados em 2020**

A despeito das inconstâncias políticas e instabilidades administrativas que atualmente afetam o INEP (Associação de Servidores do INEP, 2021), os seus censos, ainda, podem ser considerados o instrumento nacional mais completo para entender como os cursos de ensino superior estão organizados. Nesse sentido, com base no segundo momento descrito no planejamento metodológico desta pesquisa, tabulamos diversas informações sobre os cursos de graduação em Psicologia. Estes dados estão organizados em seguida na Tabela 1. Ressalta-se que eles estão ordenados a partir da categoria administrativa mais geral (Brasil), passando pelas suas redistribuições na esfera pública – subdividida nas autarquias federais, estaduais e municipais – e no domínio privado.

*Tabela 1 Número de Cursos de Graduação Presencial e de Matrículas, em 2018.*

Categoria administrativa	Cursos de Graduação	Matrículas	Cursos na Capital	Matrículas na Capital	Cursos no Interior	Matrículas no Interior
Brasil	34.785	6.394.244	13.353	2.946.628	21.432	3.447.616
Pública	10.031	1.904.554	3.000	734.556	7.031	1.169.998
Federal	6.178	1.231.909	2.318	577.756	3.860	654.153
Estadual	3.303	582.905	681	156.701	2.622	426.204
Municipal	550	89.740	1	99	549	89.641
Privada	24.754	4.489.690	10.353	2.212.072	14.401	2.277.618

Fonte: elaboração própria dos autores com base nos dados extraídos do INEP

Com base no que está exposto na Tabela 1, podemos perceber que o número de estudantes matriculados em cidades interioranas (N = 3.447.616) ultrapassa os inscritos em capitais (N = 2.946.268). Assim como ocorre nas capitais, nos interiores há uma considerável predominância de cursos privados (N = 14.401) sobre os públicos (N = 7.031). Este dado serve de complemento: as



informações publicadas por Macedo e Dimenstein (2011) que pontuam, em dados obtidos pelo INEP em 2007, a existência de 263 cursos de Psicologia em cidades no interior do Brasil em relação a 159 locais nas capitais; aos estudos de Prates e outros (2019) que, com base nos registros do INEP, minutados em 2016, acenam para a ocorrência de 1.523 IES nos interiores e 845 nas capitais, e inferem que, em decorrência disso, há mais cursos de Psicologia em regiões interioranas.

Assim, a Tabela 1 demarca o entendimento de que o expansionismo educacional do ensino superior nas regiões interioranas continua como um fenômeno recorrente. Embora as sinopses mais recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020b) não distingam o número de IES que ofertam o curso de Psicologia sediados nas capitais e nos interiores, inferimos que tal expansionismo comparece no cenário de formação do psicólogo. Ponderamos que isso pode ser um efeito das políticas expansionistas implementadas pelo REUNI, FIES e PROUNI (Mancebo e outros, 2015; Chaves & Amaral, 2016), que vigoram da década passada até então. Refletimos, ainda, que isso seja uma decorrência da expansão e estruturação de serviços de Psicologia em dispositivos do SUS e do SUAS (Cintra & Bernardo, 2017; Cordeiro, 2018), amplamente difundidos nos interiores, ocasionando a migração de psicólogos para atuarem fora dos eixos das capitais e acarretando na criação de novos cursos (privados e públicos) de Psicologia para atender as demandas locais.

O advento do expansionismo universitário e da formação e atuação do psicólogo nos interiores, portanto, possibilita a emergência de outras contendas formativas atinentes a essa realidade em suas nuances rurais, tradições comunitárias, dilemas relacionados à urbanização e à migração de estudantes e profissionais, implantação de serviços psicológicos etc. A interiorização da Psicologia implica em um saber e fazer que, segundo ajuizamos, afetam a formação do psicólogo para atuar nesses novos eixos geográficos, autônomos e não mais marginais às capitais.

Aprofundando uma amostra de dados relacionados às matrículas em cursos de graduação presencial em Psicologia, a partir da seleção e organização desses resultados, compusemos a Tabela 2, exposta a seguir.



*Tabela 2 Matrícula de alunos em Cursos de Graduação Presenciais em Psicologia, em 2018.*

Tipo de Formação	Matrículas em Cursos de Graduações Presenciais				
	Total				
	Total	Pública			Privada
Federal		Estadual	Municipal		
Licenciatura	882	256	178	-	448
Bacharelado	260.725	17.258	5.363	4.305	233.779
Total	261.607	17.534	5.541	4.305	234.227

Fonte: elaboração própria dos autores com base nos dados extraídos do INEP

Ao analisarmos a Tabela 2 vemos a mesma tendência de expansão da formação pela iniciativa privada acenada na Tabela 1, porém a partir do enfoque na formação em Psicologia, nos níveis de Bacharelado e Licenciatura. Com efeito, a Tabela 2 demonstra a hegemonia das IES privadas na formação do psicólogo (N = 234.227) em detrimento das IES públicas (N = 27.308). Por outro lado, a Tabela 2 demonstra também uma considerável discrepância entre os alunos matriculados no Bacharelado e na Licenciatura em Psicologia. Nesse sentido, discutiremos esses fenômenos.

No que remete a mencionada hegemonia no Bacharelado, avaliamos segundo o estudo de Macedo, Ramos, Souza, Lima e Fonseca (2018) que examinam o fenômeno da mercantilização do ensino em Psicologia. Essa tendência vista na Tabela 2, faz parte de um projeto de expansão e mercantilização do ensino superior, em que certos grupos educacionais (DeVry, Laureate, Kroton, Anhanguera, por exemplo) formam monopólios com a fusão e compra de IES brasileiras nas capitais e nos interiores. O advento de tornar o ensino superior uma mercadoria lucrativa para grandes empresas começou em 1968, período da ditadura militar, no qual foi estabelecido uma reforma universitária que ocasionou um surto de modernização das universidades, sobretudo, pela ampliação do setor privado.

A mirada da educação como um produto mercadológico sujeito aos interesses do capital privado se intensificou com a Constituição de 1988, que garante o princípio da autonomia universitária. Dessa forma, foi garantido ao setor privado o poder de oferta de cursos em diferentes áreas formativas, ao passo que, entre 1985 e 1996, o número de IES particulares triplicou de 20 para 64 (Macedo e outros, 2018).

Discussões e políticas opositoras às reformas educacionais que intencionavam expandir e melhorar o ensino público são percebidas na década de 1990, com Fernando Collor de Melo (1990-1992) e são acentuadas na gestão



de FHC (1995-2002). Essas oposições propendiam a mudar a estrutura do Estado, diminuindo a sua participação do setor público para priorizar e enfatizar a educação superior pela lógica do mercado. Em razão da política neoliberal daquela época, as universidades públicas ficaram praticamente estagnadas (Macedo e outros, 2018).

Houve uma significativa mudança na esfera federal nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) que reorganizaram diversos setores educacionais, incluindo o ensino superior. Entretanto, existia uma dicotomia: por um lado, eram atendidas as demandas das camadas populares, movimentos sociais, democratizando a entrada nas universidades; por outro, essa empreitada atendia ao capital financeiro. Nesse ínterim, houve a criação de vários programas e ações para aumento do número de estudantes no ensino superior (Macedo e outros, 2018). Embora alguns desses programas tenham contribuído no avanço e crescimento das universidades públicas (com o REUNI), seguiu-se a mesma lógica de investimento nas universidades privadas (pelo FIES e PROUNI) em detrimento das públicas, visto que o setor privado não parou de crescer. Com base nisso, em 2017, o INEP registrou a existência de 296 IES públicas e 2.152 privadas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018), dados que demarcam uma expansão expressiva nas décadas de 2000-2010 em relação aos anos de 1980-1990.

Os dados da Tabela 2 e as políticas adotadas ao longo da história indicam a tendência de uma forte mercantilização do ensino, principalmente de Psicologia, por conta da fácil construção do curso e uma grande rentabilidade para os grandes grupos de ensino, confirmando o motivo da maioria dos cursos de Psicologia serem ofertados por IES privadas. A partir disso, vários pontos negativos são analisados através desse panorama.

O primeiro remete à contratação de um quadro de docentes não qualificados, obrigando-os a ensinar algo que não faz parte da sua formação para diminuir os custos de um grupo especializado. Esse trabalho é situado em uma carga horária extensa que diminui a qualidade das aulas, visto que o professor, por vezes, é colocado em uma área que não possui experiência, tendo dificuldades em ensinar o conteúdo de forma satisfatória. Em função disso, ocorre uma alta rotatividade de professores por disciplina e muitas IES privadas já compilam o material (conteúdos, textos e avaliações) a ser executado pelo ministrante do componente curricular, a despeito do seu percurso e conhecimento nele.

O segundo é diminuição de contratação de professores mestres e doutores, o que atenua também o número de projetos de pesquisas e extensão, já que não



é necessário um grande número de profissionais com essa formação em IES privadas, cuja maior obrigação é vista apenas em universidades, ou seja, multiplicam-se IES privadas com o um número menor de professores com esses títulos, acarretando a diminuição de pesquisadores e o número de produções científicas.

O terceiro é a utilização de pequenas bibliotecas e poucos laboratórios, deixando o custo baixo para se instituir o curso, restringindo o acesso ao conhecimento por parte do corpo discente e docente. Isso vem se tornando uma tendência cada vez maior, pois existe uma forte mercantilização do ensino de Psicologia, dado o seu baixo custo e a versatilidade que esse saber possui para se inserir em várias áreas por meio do seu exercício liberal.

O estudo de Macedo, Dantas, Lima e Dimenstein (2017) é ainda mais incisivo nesse aspecto, pois analisa a grade curricular dos cursos de Psicologia ofertados por IES privadas. É importante pensar na formação que esses egressos irão ter com a hegemonia desses grandes grupos educacionais no Brasil, pois os currículos ofertados são cada vez mais homogêneos para oferecer um padrão pedagógico para públicos distintos nas mais diversas realidades e regiões nacionais, buscando apenas lucros e resultados satisfatórios para o mercado. Assim, as matrizes curriculares são iguais e até são ofertadas disciplinas pela modalidade de ensino à distância, buscando um sistema único de ensino e maior controle acadêmico-gerencial. O preocupante dessa formação é a simplificação do "ser" psicólogo, rebaixado a um instrumento de mão de obra especializada para atender o mercado, deixando de lado o social, o qual é abordado de forma tímida por essas universidades, mesmo existindo a demanda no âmbito de políticas sociais como SUS e SUAS (Macedo e outros, 2018).

Depois do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e do governo Michel Temer, vemos os impactos de um governo com medidas liberais. O momento atual é bem delicado, pois com o presidente Jair Messias Bolsonaro, o Brasil está passando por um sucateamento das universidades públicas, no qual pelo decreto nº 9.741, publicado em 29 de março de 2019, congela 29,6 bilhões de reais de recursos da União, bloqueando a verba para as universidades públicas, que chegam a quase 30% de sua verba reduzida com argumento de que o dinheiro era utilizado para "balbúrdia" (Decreto nº 9741, 2019).

Apesar de vários protestos pelo país por conta dos cortes no ensino superior, o ministro da Educação lançou o projeto Future-se, voltado para que as universidades públicas dependam cada vez menos do Governo Federal e utilize recursos privados (Ministério da Educação, 2019). O futuro do ensino superior no Brasil é difícil de ser delineado, principalmente o da Psicologia que, como visto,



tem o histórico de ter a formação afetada pelas políticas que beneficiam os grandes grupos educacionais.

Em outra análise que agora explora o fenômeno da Licenciatura em Psicologia, apresentamos a Tabela 3, a seguir, com informações específicas sobre esses cursos divididos por regiões.

*Tabela 3 Cursos de Licenciatura em Psicologia por região, em 2018.*

Sigla da Região	Quantidade de IES Ofertantes		Número de Cursos Ofertados		Número de Matrículas		Número de Concluintes	
	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.
N	-	-	-	-	-	-	-	-
NE	1	-	1	-	8	-	3	-
CO	2	1	2	1	205	357	75	11
SE	3	2	4	2	185	91	18	11
S	2	-	2	-	36	-	6	-
Total	8	3	9	3	434	448	102	22

Fonte: elaboração própria dos autores com base nos dados extraídos do INEP

Nesta tabela, apresentamos a quantidade de instituições que oferecem a licenciatura e quantos cursos são oferecidos por elas. Por exemplo, no Sudeste (S) existem 3 IES públicas que ofertam o curso, dentre as quais uma delas deve oferecer o curso em *campi* diferentes. Além disso, a tabela contém o número de matriculados no começo do curso e o número de concluintes matriculados no final do curso, o que demonstra quantas pessoas terminaram a Licenciatura. Nota-se que em todas as regiões existe uma considerável desistência, com um total de 758 desistentes no Brasil.

Observa-se, também, que não existe essa modalidade formativa na região Norte (N), bem como há uma baixa expressão dela nas regiões Nordeste (NE) e Sul (S). A região Centro-Oeste (CO) é a que se destaca por maior número de matriculados, seguida da região Sudeste (SE). Ademais, percebe-se que o número de matrículas em IES privadas (Priv. N = 448) não diverge tanto das IES públicas (Púb. N = 434).

Por fim, comparamos o número de IES que ofertam o curso de Licenciatura em Psicologia no Brasil (N = 11) com os resultados divulgados no trabalho de Izidoro, Jorcovich e Costa (2019) que apontam, em dados obtidos pelo MEC em 2015, um total de 44 IES que o ofertavam. Dessa forma, ao contrastar essas informações descritas até o momento, podemos inferir que a formação para



professores de Psicologia não só se encontra em uma situação escassa, mas também em queda.

Segundo Turci, Lourenço e Cirino (2020), para melhor compreender essa condição atual da Licenciatura em Psicologia, precisamos fazer um recorte histórico, uma vez que, desde os primeiros delineamentos da graduação em Psicologia, em 1932, tal formação era negligenciada nos currículos elaborados. Quando a consideravam, eram atreladas às práticas psicológicas não voltadas para o ensino, o que demarca uma despreocupação em delimitar o campo de Licenciatura em Psicologia. Desse modo, a opção de se formar como professor de Psicologia não era explícita nos currículos. Em 1958, apesar da licenciatura em Psicologia naquela época se mostrar delineada, ainda era de forma incipiente, pois a formação consistia em poucas disciplinas, as quais não aprofundavam a questão do ensino de Psicologia, não caracterizando propriamente a formação de professor.

Em 1962, com a regulamentação da profissão de psicólogo, a licenciatura foi assegurada na graduação com um currículo mínimo, contudo ainda agregada ao bacharelado. Já o licenciado atuaria na educação de nível básico e técnico, pois a graduação englobava conteúdos em comum aos que eram ministrados nesses ambientes, tais como as disciplinas de filosofia, sociologia, ética no trabalho, trabalho em equipe, dentre outras (Cirino, Knupp, Lemos & Domingues, 2007).

Apesar dessa configuração, a prática do licenciado em Psicologia foi instituída, em parte, pelo costume histórico de não exigir a licença para ensinar no ensino secundário. Aliás, muitos bacharéis já ocupavam esse campo de trabalho. Destarte, como existia profissionais atuando no meio, houve tentativas tardias de regulamentar a licenciatura, mostrando que os psicólogos da época não tiveram maior interesse em fomentar a formação de professores de Psicologia para o ensino secundário (Turci e outros, 2020).

É a partir desse contexto histórico que podemos compreender melhor os dados expostos na Tabela 3, que são consoantes a realidade descrita por Izidoro e outros (2019). Estes apontam que o cenário formativo é caracterizado por uma desvalorização da Licenciatura em Psicologia, com pouca pesquisa e produção acadêmica que visa compreender a importância e o papel dessa formação, sem delimitações concisas da área de atuação do licenciado, bem como a pouca oferta de trabalho.

Tendo em vista essa construção histórica e seus desdobramentos atuais, entendemos que os números de matrículas na categoria Licenciatura das IES públicas e privadas não divergem muito porque não é rentável para nenhum tipo





de instituição oferecer essa modalidade. Isso decorre da regulamentação para o funcionamento do curso, a qual não é clara o suficiente, além de sua implementação ser onerosa para ambos os setores (público e, em especial, privado). Soma-se a isso o fato de que, atualmente, não se encontra uma procura expressiva para se formar em Licenciatura. Logo, a Licenciatura em Psicologia é um curso pouco lucrativo para as IES privadas.

Sobre as poucas ofertas de trabalho para o licenciado em Psicologia, infere-se que as mudanças na dinâmica socioeconômica da área tenham interferido. Em 1940, com a expansão do ensino básico, muitos bacharéis assumiram cargos no ensino secundário (Turci e outros, 2020). Atualmente, com o objetivo de preparar o aluno para a entrada na universidade e carreira profissional, obedecendo a uma lógica mercadológica de profissões (Izidoro e outros, 2019), tem-se o cenário de desinteresse pela área, descrito pelos números na Tabela 3 e pela pesquisa de Izidoro e outros (2019). Há, contudo, um contraponto feito por Pandita-Pereira e Sekkel (2012) sobre as possíveis áreas de atuação, o qual aponta que o nível técnico seria um ambiente oportuno para o licenciado em Psicologia. Tal fato justificaria o porquê das regiões Centro-Oeste (CO) e Sudeste (SE) serem tão expressivas nessa modalidade, pois elas também são polos do ensino técnico.

Apesar disso, a realidade sobressaltada ainda é a de negligência do campo de Licenciatura em Psicologia. Isso gera efeitos para a formação do psicólogo, tais como a pouca produção de estudos sobre o tema e a desvalorização do licenciado, do ponto de vista mercadológico, dado que as escolas não demonstram interesse em contratá-los para a grade de professores. Além disso, não se pensa o espaço que o psicólogo pode ter na área educacional como alguém que forma e ensina. Vemos também alunos desmotivados para fazerem o curso, algo que se expressa pelo número de desistências. Com isso, pode-se arriscar a previsão de uma futura extinção do curso.

## Considerações Finais

Refletimos como os censos do INEP possibilitam um norte analítico para entender a formação do psicólogo no Brasil, com o amparo dos recursos metodológicos da pesquisa bibliográfica e análise documental. Do transcurso do que foi ponderado, sintetizamos que a instituição do INEP foi marcada pelas ideias progressivistas, métricas, funcionalistas, pragmatistas, administrativas e pedagógicas oriundas das ideias de Anísio Teixeira e Lourenço Filho no *Teachers College* da Universidade de Columbia. Estas serviram de base para a



idealização e o desenvolvimento dos censos do INEP e sua articulação com as políticas públicas para o desenvolvimento nacional.

Os registros provenientes dessa organização serviram como um critério para mapear o desenvolvimento da Psicologia e a formação do psicólogo no Brasil, a partir da análise dos cálculos de alunos matriculados em cursos de graduação. Com base nisso, foi possível estabelecer uma narrativa acerca do panorama histórico sobre o expansionismo educacional do ensino superior e a formação em Psicologia, nas décadas de 1940-2010, observando as relações e tensões entre as políticas públicas, o capital privado e as IES.

Seguindo essa lógica, adentramos os dados mais recentes do INEP, publicados em 2020, porém atinentes a 2018, para pensar o cenário atual da formação em Psicologia. Aqui notamos uma: (1) manutenção de uma expansão formativa em Psicologia em IES interioranas, tendência iniciada na década de 2000, decorrente das políticas implementadas pelo REUNI, FIES e PROUNI e da consolidação e expansão do SUS e do SUAS nos interiores brasileiros; (2) predominância de cursos privados sobre os públicos, fenômeno recorrente desde a institucionalização da Psicologia no ensino superior nos anos de 1950; (3) expressão de uma mercantilização do curso de Psicologia no ensino superior, que expande o acesso formativo, mas traz alguns pontos negativos ao trabalho docente e formação discente; (4) discrepância substancial entre os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia, que nos leva a entender que, historicamente, houve e há um desinteresse em investir na formação de professores de Psicologia para atuar no ensino médio; (5) equivalência na oferta de cursos de Licenciatura em Psicologia no ensino público e privado, que a despeito disso tem diminuído essa oferta nos últimos anos, havendo ainda um aumento de desistências de discentes matriculados nesses cursos.

Destarte, concluímos que o INEP e os seus dados organizados e lançados são uma fonte profícua de estudos que ajudam a entender o campo da formação do psicólogo a partir de conhecimentos que fazem interface entre os saberes da História da Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Social, Expansionismo do Ensino Superior, Estatística e Políticas Públicas.

Como sugestão para futuras pesquisas, indicamos estudos empíricos para compreender as experiências de discentes e docentes que compõem os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia nas capitais e nos interiores do Brasil, assim como a análise de outros dados disponibilizados pelo INEP para entender o expansionismo pelas formações em nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em Psicologia.



## Referências

- Associação de Servidores do INEP (2021). *Servidores não confiam na gestão do INEP, diz ASSINEP no Senado*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/servidores-nao-confiam-na-gestao-do-inep-diz-assinep-no-senado-17112021>.
- Azevedo, F. (1932). *A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: manifesto dos pioneiros da Educação Nova*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Barros, A. (2015). Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, 36(131), 361-390. doi: 10.1590/ES0101-7330201596208.
- Bortoloti, K. & Cunha, M. (2013). Anísio Teixeira e a psicologia: o valor da mensuração. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94(236), 32-52. doi: 10.1590/S2176-66812013000100003.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. Em J. Poupart e outros (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (A. Cristina, Trad., pp. 295-316). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1997).
- Chaves, V. & Amaral, N. (2016). Política de expansão da educação superior no Brasil – o Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. *Educação em Revista*, 32(4), 49-72. doi: 10.1590/0102-4698162030.
- Cintra, M. & Bernardo, M. (2017). Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 883-896. doi: 10.1590/1982-3703000832017.
- Cirino, S., Knupp, D., Lemos, L., & Domingues, S. (2007). As novas diretrizes curriculares: uma reflexão sobre a licenciatura em Psicologia. *Temas em Psicologia*, 15(1), 23-32. Recuperado em 22 de junho, 2021, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751430004>.
- Cordeiro, M. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183. Recuperado em 22 de junho, 2021, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70n3/12.pdf>.
- Cury, B. & Ferreira Neto, J. (2014). Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: os estágios na formação dos psicólogos. *Psicologia em Revista*, 20(3), 494-512. doi: 10.5752/P.1678-9523.2014V20N3P494.
- Decreto nº 9741* (2019, 15 de fevereiro). Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder



- Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Recuperado em 22 de junho, 2021, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9711.htm).
- Ferreira, M. (2008). O centro de pesquisas educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 13(38), 279-411. doi: 10.1590/S1413-24782008000200007.
- Ferreira Neto, J. (2010). Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. *Memorandum*, 18, 130-142. Recuperado em 22 de junho, 2021, de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a18/ferreiraneto01.pdf>.
- Fierro, C. (2019). From philanthropy and household arts to the scholarly education of psychologists and educators: a brief history of the University of Columbia's Teachers College (1881-1930). *Revista de Historia de la Psicología*, 40, 11-23. doi: 10.5093/rhp2019a16.
- Fonseca, S. & Namen, A. (2016). Mineração de dados do INEP: uma análise exploratória para nortear melhorias no sistema educacional brasileiro. *Educação em Revista*, 32(1), 133-157. doi.org/10.1590/0102-4698140742.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2007). *Inep completa 70 anos*. Recuperado de [http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-completa-70-anos/21206](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-completa-70-anos/21206).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Dados do censo da educação superior: as universidades brasileiras representam 8% da rede, mas concentram 53% das matrículas*. Recuperado de [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020a). *Conheça o Inep*. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep#:~:text=O%20Instituto%20Nacional%20de%20Estudos,econ%C3%B4mico%20e%20social%20do%20pa%C3%ADs>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020b). *Sinopses estatísticas da Educação Superior - Graduação*. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.
- Izidoro, I., Jorcuvich, D. & Costa, J. (2019). O retrato da licenciatura em psicologia no Brasil. Em D. F. Andrade (Ed.). *Educação no Século XXI* (pp. 30-39). Belo Horizonte: Poisson.



- Lei nº 4.119 (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 22 de junho, 2021, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-norma-actualizada-pl.html>.
- Lima, T, & Mito, R. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*, 10(esp.), 37-45. Recuperado em 09 de dezembro, 2021, de <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>.
- Lisboa, F. & Barbosa, A. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 718-737. doi: 0.1590/S1414-98932009000400006.
- Lourenço Filho, M. (1940). *Tendências da educação brasileira*. São Paulo: Melhoramentos.
- Lourenço Filho, M. (1954). A Psicologia no Brasil. Em F. Azevedo (Org.). *As ciências no Brasil* (pp. 23-40). São Paulo: Melhoramentos.
- Macedo, J-P. & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313. doi: 10.1590/S1414-98932011000200008.
- Macedo, J-P., Lima, M., Dantas, C. & Dimenstein, M. (2017). Transnacionalização do Ensino Superior: impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 852-868. doi: 10.1590/1982-3703004272016.
- Macedo, J-P., Ramos, B., Souza, C., Lima, M. & Fonseca, K. (2018). Formação em Psicologia e oligopolização do ensino superior no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 23(1), 46-56. doi: 10.22491/1678-4669.20180006.
- Mancebo, D., Valle, A. & Martins, T. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, 20(80), 31-50. doi: 10.1590/S1413-24782015206003.
- Martins, C. (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 30(106), 15-35. doi: 10.1590/S0101-73302009000100002.
- Ministério da Educação. (2019). *Future-se*. Recuperado em 22 de junho, de <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>.



- Pandita-Pereira, A. & Sekkel, M. (2012). Possibilidades de atuação para o licenciado em psicologia nas Etecs. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 972-985. doi: [10.1590/S1414-98932012000400015](https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400015).
- Prates, B., & Castelo Branco, P. (2018). Experiência formativa em psicologia segundo estudantes de uma universidade interiorizada: estudo fenomenológico. *Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(3), 402-413. doi: [10.17267/2317-3394rpds.v7i3.1922](https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i3.1922).
- Prates, B., Feitosa, E., Monteiro, P. & Castelo Branco, P. (2019). Considerações sobre a formação do psicólogo no Brasil: revisão sistemática. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(2), 97-115. doi: [10.5433/2236-6407.2019v10n2p97](https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p97).
- Rocha, A. (2016). *Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935): Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ.
- Rudá, C., Coutinho, D. & Almeida Filho, N. (2019). Formação em psicologia: uma análise curricular de cursos de graduação no Brasil. *E-Curriculum*, 17(2) 419-440. doi: [10.23925/1809-3876.2019v17i2p419-440](https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i2p419-440).
- Rudá, C. & Silva, G. (2020). Formação do psicólogo na Bahia: uma análise a partir do Enade 2015. *Educação*, 44, 01-24. doi: [10.5902/19846444](https://doi.org/10.5902/19846444).
- Sganderla, A. & Carvalho, D. (2008). Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. *Psicologia da Educação*, 26, 173-190. Recuperado em 22 de junho, 2021, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n26/v26a10.pdf>.
- Soares, A. (2010). A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(esp.), 08-41. doi: [10.1590/S1414-98932010000500002](https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002).
- Teixeira, A. (1952). Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 17(46), 69-79. Recuperado em 22 de junho, de <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/discurso2.html>.
- Teixeira, A. (1956). *A educação e a crise brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Teixeira, A. (2005). *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969* (Coleção Anísio Teixeira, Vol. 10). Rio de Janeiro: EDUF RJ. (Original publicado em 1969).



Teixeira, A. (2007). *Educação para a Democracia: introdução à administração educacional* (2ª ed). Rio de Janeiro: UFRJ. (Original publicado em 1936).

Turci, D., Lourenço, E. & Cirino, S. (2020). A licenciatura em Psicologia no Brasil: a institucionalização na regulamentação da formação. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 37. doi: 10.35699/1676-1669.2020.15822.

### **Nota sobre os autores:**

*Paulo Coelho Castelo Branco* é Pós-Doutorando e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: [pauloccb branco@gmail.com](mailto:pauloccb branco@gmail.com).

*Ana Beatriz Araújo Santiago* é graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista PIBIC/UFC. E-mail: [anabeatrizaraujosantiago@alu.ufc.br](mailto:anabeatrizaraujosantiago@alu.ufc.br).

*Raquel Fernandes Pinheiro* é graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista PIBIC/UFC. E-mail: [quelfernandes\\_pinheiro@alu.ufc.br](mailto:quelfernandes_pinheiro@alu.ufc.br).

*Sérgio Dias Cirino* é Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Produtividade CNPq Nível 2. E-mail: [sergiocrino99@yahoo.com.br](mailto:sergiocrino99@yahoo.com.br).

**Data de submissão:** 29.06.2021

**Data de aceite:** 05.02.2022